



Crônica da Cidade

por Severino Francisco >> severinofrancisco.df@dabr.com.br

>> (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

A farsa do voto impresso

Estava folheando o livro de Pedro Paulo Lomba sobre o marechal Cândido Rondon e fiquei impressionado com a sua lucidez e coragem. Em 1973, Pedro se encontrou com uma delegação norte-americana de índios Sioux, em um congresso realizado em Brasília. Os líderes Sioux disseram a ele que, se nos Estados Unidos tivesse havido um Rondon, tudo seria diferente, e milhares de vidas dos índios norte-americanos seriam poupadas no século 19.

E Rondon não atuou em condições ideais, protegido das pressões economí-

cas. Quando iniciou a construção de linhas telegráficas, em 1907, índios e seringueiros guerreavam na floresta amazônica. O país vivia o ciclo da borracha, a produção dos seringais era estimada em 40% do PIB brasileiro na época. De uma maneira muito semelhante ao que ocorre atualmente, com a investida dos garimpeiros, naquela época os seringueiros invadiam as terras indígenas e praticavam genocídio de aldeias inteiras.

E ainda queriam receber proteção militar sob o argumento da produção do ciclo da borracha, enfatiza Pedro Paulo. Ao receberem a tarefa de construir linhas telegráficas entre Cuiabá e o Araguaia, em 1890, uma das primeiras providências que os militares Gomes Carneiro e Rondon tomaram foi afixar em um dos postes da linha, uma placa com a adver-

tência: “Quem perseguir os índios Bororó será perseguido pelo Exército brasileiro”.

Darcy Ribeiro dizia que ele era o maior de todos os brasileiros. De fato, se destacou em múltiplas frentes: explorador dos trópicos, pacifista, ambientalista, antropólogo e indigenista. Criou o Serviço de Proteção ao Índio, que se desdobraria na Funai. Concorreu três vezes ao Prêmio Nobel da Paz.

Lembrei do marechal Rondon por causa das ameaças do ministro da Defesa, general Braga Netto, de não haver eleições em 2022, dirigidas ao parlamento, se não for aprovado o voto impresso. A proposta do voto impresso está alinhada com a mesma agenda governista desarrazoada da devastação ambiental, da negação da vacina, da liberação das armas, da destruição dos direitos civis, do desmon-

te dos órgãos de fiscalização ambiental e da gestão negacionista da pandemia. É a pauta da vanguarda do atraso.

A ironia é que o sistema foi criado com a participação de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na tecnologia. É um dos motivos de orgulho do Brasil. O voto eletrônico existe desde 1994, e nunca ninguém provou qualquer caso de fraude.

Não é verdade também que existe uma dúvida do povo sobre a transparência, como alegou o ministro em nota. Pesquisa CNT mostrou que 64% dos brasileiros confiam no sistema de votação eletrônico. Em compensação, segundo pesquisa Datafolha, 55% dos brasileiros não confiam nunca no presidente.

Com a queda nas sondagens de intenção de voto para as próximas eleições

e o receio da derrota, o presidente Bolsonaro começou a plantar a suspeita sobre o sistema eletrônico, macaqueando o ídolo, Donald Trump. Nunca nenhum dos dois apresentou qualquer prova. Na verdade, não é o sistema que está em questão; é a própria democracia. Se ele não ganhar, só pode ser fraude.

Voto impresso não é atribuição constitucional do ministério da Defesa, cada um no seu quadrado. Em vez disso, o ministério da Defesa deveria fazer o que lhe cabe: defender para as próximas gerações as nossas florestas da predação criminosa, defender os nossos índios da invasão de suas terras por garimpeiros, defender as nossas fronteiras do contrabando de armas. Espero que o parlamento entere, com alvizez, o mais rápido possível, a farsa do voto impresso, para o bem da democracia.

>> entrevista MERCEDES BUSTAMANTE

“É falsa a dicotomia entre economia e ecologia”

» ANA DUBEUX

Agonia do Cerrado tem causa e efeito. Mas, para além das altas taxas de desmatamento e dos grandes passivos ambientais, há também um certo desconhecimento em relação a esse bioma importantíssimo. O Correio perguntou a uma das maiores autoridades em ecologia de ecossistemas do país, a professora da UnB Mercedes Bustamante, por que a conservação do Cerrado, que está mais desmatado do que a Amazônia em relação a sua área original, não ganha relevância.

A razão está no desconhecimento. “O Cerrado está em 11 estados brasileiros e contribui com recursos hídricos para outros biomas e regiões. Ainda assim, não é devidamente conhecido e reconhecido. É preciso divulgar sua relevância e a urgência das ações para sua conservação”, avalia Mercedes.

Para a professora do departamento de Ecologia da UnB, que este ano foi eleita para a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, as pesquisas indicam que os brasileiros se preocupam com o meio ambiente, e é

necessário indicar claramente como podemos atuar para implementar ações sustentáveis e demandar do setor privado e do poder público ações responsáveis.

Nesta entrevista, a professora desmistifica a falsa ideia de que é impossível conjugar o avanço na economia com a proteção ao meio ambiente. Segundo ela, relatórios importantes e documentos elaborados por especialistas apontam claramente que o colapso da biodiversidade e dos ecossistemas traz grandes perdas econômicas, sobretudo para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ou seja, as economias não funcionam sem os benefícios da natureza. E os grandes eventos climáticos estão aí para provar o quanto a falta de preservação impacta os negócios e a riqueza dos países. “É falsa a dicotomia entre economia e ecologia. As economias mais importantes do mundo, sobretudo nos processos de retomada pós-covid-19, têm incorporado a conservação em seus planos de desenvolvimento”, explica Mercedes.

Uma das pesquisadoras mais citadas no mundo, segundo o site Web of Science, sendo re-

ferenciada em trabalhos de 6.389 cientistas de mais de 60 países, a professora entende que as autoridades do governo federal seguem na ignorância, negam a ciência e, ainda por cima, deixarão um legado de atraso. “O desmonte conduzido pela atual gestão federal gera impactos sobre os sistemas naturais que poderão demorar décadas para serem mitigados. Alguns são irreversíveis”, avalia Mercedes.

E isso é péssimo para a imagem do Brasil lá fora. “O mundo, hoje, olha o Brasil com grande preocupação em função dos retrocessos na agenda ambiental e como eles minam o combate às mudanças ambientais globais”, destaca.

A solução passa pelas urnas. Mercedes acredita que as eleições de 2022 serão um momento importante de reflexão dos eleitores brasileiros sobre o impacto que as escolhas do presente terão sobre o nosso futuro. “Os eleitores devem estar atentos ao que andam votando nossos representantes no Congresso e avaliar quem realmente está preocupado em proteger o nosso patrimônio natural e os povos indígenas e comunidades tradicionais que são guardiões dos biomas brasileiros”, sugere.

Secom/UnB



De que maneira a destruição do cerrado pode impactar a nossa qualidade de vida de uma maneira muito direta?

A conversão em larga escala do Cerrado tem impactos sobre o clima em função das emissões de gases de efeito estufa e também sobre a conservação de recursos hídricos. Sistemas simplificados (como pastagens e monoculturas de grãos) têm um funcionamento diferente das áreas de vegetação nativa, resultando em maior temperatura superficial e menor retorno de umidade para a atmosfera. Adicionalmente, perdemos recursos genéticos que estão associados à significativa biodiversidade do Cerrado.

Seu trabalho é referência nacional e internacional quanto às ameaças ao bioma do Cerrado. Com sua experiência, diga-nos, quais são os principais fatores que provocam a dizimação do cerrado?

A expansão da agricultura sem planejamento territorial adequado é um dos principais vetores de ameaça ao bioma Cerrado. Adicionalmente, a fragmentação dos remanescentes de Cerrado aumenta sua degradação com mudanças do regime de fogo e invasão de espécies exóticas. Temos, ainda, a poluição por agroquímicos, que afeta os ambientes aquáticos.

Ainda há tempo para preservar partes importantes do bioma Cerrado ou não há alternativas de recuperação do bioma? Se há alternativas, quais seriam?

Há três frentes importantes para reverter o quadro atual do Cerrado: 1) Redução das taxas de desmatamento que ainda são muito altas; 2) Restauração das áreas degradadas (passivos ambientais); 3) Melhoria da gestão e

das práticas em áreas convertidas legalmente para reduzir os impactos ambientais e sociais.

Os que defendem o “progresso econômico” a todo custo garantem que é imperioso desmatar e plantar soja, por exemplo. É isso mesmo ou há caminhos eficazes e eficientes para gerar renda e preservar o bioma Cerrado?

Recentemente, relatórios importantes e documentos elaborados por economistas apontam claramente que o colapso da biodiversidade e dos ecossistemas traz grandes perdas econômicas, sobretudo para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento. Nossas economias não funcionam sem os benefícios que obtemos da natureza. Temos exemplos claros dos impactos das mudanças ambientais, tanto locais como globais. É falsa a dicotomia entre economia e ecologia. As economias mais importantes do mundo, sobretudo nos processos de retomada pós-covid-19, têm incorporado a conservação em seus planos de desenvolvimento.

O que deveria ser feito para conscientizar e para frear a destruição do cerrado no Centro-Oeste, berço dos principais rios brasileiros?

Ampliar a divulgação sobre esse bioma tão rico e importante para outras regiões, além do Centro-Oeste, é muito importante. Também é preciso cobrar que o setor do agronegócio atue de forma responsável na conservação de um patrimônio natural que é de todos os brasileiros. Finanças públicas e privadas devem considerar, de forma séria e criteriosa, a sustentabilidade em seu investimentos. Por fim, o poder público

tem a obrigação de coibir atividades ilegais e garantir a implementação da legislação ambiental.

Projetos de educação nas escolas? O que deveria ser cobrado do poder público? Os governos criam loteamentos sem qualquer critério. O que se deve exigir deles para que o meio ambiente do Cerrado não seja ainda mais atingido?

Movimentos de jovens contra a crise climática indicam que as novas gerações têm consciência dos impactos com os quais terão que conviver nos próximos anos. A educação tem um papel central para a reflexão sobre as várias dimensões da sustentabilidade e para qualificar o debate. Como mencionado, o poder público tem o dever e os meios de coibir atividades ilegais e deve estabelecer políticas públicas que sejam sustentadas pelo melhor conhecimento disponível e considerando as mudanças ambientais. Não há crescimento infinito com recursos que são finitos.

Há como calcular quantos anos se perde com políticas do tipo “vamos passar a boiada”, defendidas pelo ex-ministro Ricardo Salles?

A legislação e as estruturas de proteção do meio ambiente no Brasil são uma construção de muitos anos de participação social e que avançaram a partir da Constituição de 1988. O capítulo de Meio Ambiente na nossa Constituição é um marco definidor da relevância da natureza para o país. O desmonte conduzido pela atual gestão federal gera impactos sobre os sistemas naturais que poderão demorar décadas para serem mitigados, alguns são irreversíveis. A reconstrução da

governança socioambiental no Brasil também demandará tempo, pois a sua base é a confiança nas instituições, e o que vivemos agora é um grave quadro de violência contras instituições.

A quem interessa a proliferação de fake news sobre mudanças climáticas que tentam jogar a opinião política contra as políticas de proteção ambiental? Em que medida a divulgação científica também foi atingida pelos exércitos da era das fake news?

Hoje, os fatos, como o aumento da frequência de eventos extremos e maior variabilidade do clima, se sobrepõem ao discurso daqueles que negam a influência humana sobre o sistema climático. Não atuar para reverter suas causas e reduzir seus impactos é uma escolha que implica prejuízos substanciais para nossa economia e para a segurança dos brasileiros. A divulgação científica é cada vez mais importante para se contrapor ao negacionismo com o conhecimento científico, robusto e claro. A ciência que embasa as mudanças climáticas é muito sólida.

As eleições presidenciais no Brasil em 2022 podem interferir na perspectiva global das mudanças climáticas?

O mundo hoje olha o Brasil com grande preocupação em função dos retrocessos na agenda ambiental e como eles minam o combate às mudanças ambientais globais. As eleições em 2022 representam um momento importante de reflexão dos eleitores brasileiros sobre o impacto que as escolhas do presente terão sobre o nosso futuro. Os eleitores devem estar atentos ao que andam votando nossos representantes

O mundo hoje olha o Brasil com grande preocupação em função dos retrocessos na agenda ambiental”

como nunca na ciência. Acredita que o fervor momentâneo terá algum efeito prático? Que ensinamentos este momento nos deixa?

A pandemia aproximou os brasileiros da ciência e de sua importância para a solução de problemas. A capacidade de fornecer respostas rápidas depende de investimento continuado, pessoal qualificado e treinado, e laboratórios bem equipados. Os cortes no orçamento da ciência neste momento nos deixam desprotegidos para enfrentar futuros choques com a covid-19. O ensinamento central aqui é que investir em ciência é garantir o futuro do país. Sem isso, estamos prisioneiros no passado, enquanto o resto do mundo avança a passos largos.

Como vê a perda de tantos brasileiros na pandemia? Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões? Que exemplo no mundo poderia ser usado no Brasil?

A dor pela perda de tantos brasileiros e pelas sequelas físicas e emocionais decorrentes da pandemia é imensa. As desigualdades sociais e econômicas do Brasil contribuíram para um quadro ainda mais crítico. A má gestão do governo federal e escolhas sem base na ciência foram fatores decisivos para que atravessássemos esse choque com tantas perdas. Vários países implementaram, com sucesso, medidas que o Brasil poderia ter adotado para mitigar os impactos até o início da produção de vacinas. Posteriormente, com o atraso e falta de coordenação da vacinação, o país deixou de seguir seu próprio exemplo em campanhas anteriores do Programa Nacional de Imunização.

A pandemia fez com que os brasileiros, em tese, falassem